



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional – Recife/PE

TERMO DE REFERENCIA

PREGÃO ELETRONICO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) – MENOR PREÇO

SUPERVISÃO DE OBRAS POR EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO DE OBRAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, RESPEITANDO A ÁREA DE ATUAÇÃO DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, ATRAVÉS DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP.

Dezembro/2023

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO.....	5
4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	6
5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, NORMAS E MANUAIS.....	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
7. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS	9
8. PROPOSTA FINANCEIRA.....	10
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	11
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E REFERÊNCIA DE PREÇOS.....	12
11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	12
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	13
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	13
14. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	14
15. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS	15
16. MULTAS	16
17. GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	18
18. FISCALIZAÇÃO.....	19
19. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	21
20. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	22
21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	22
22. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.....	26
23. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	30
24. MATRIZ DE RISCO	31
25. CONDIÇÕES GERAIS	32
26. ANEXOS.....	33

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Serviço de supervisão de obras por empresa especializada na prestação dos serviços de consultoria técnica e de execução de obras no estado de Pernambuco, respeitando a área de atuação da 15ª Superintendência Regional da Codevasf, através de Sistema de Registro de Preços - SRP.
- 1.2 A execução do objeto desta licitação consiste da prestação de serviços de apoio técnico à fiscalização mediante supervisão técnica dos serviços contratados para obras, incluindo: análise de projetos, análise de planilhas orçamentárias, análise de boletins de medição, vistorias preliminares, vistorias de enquadramento de vias, produção de pareceres técnicos, produção de relatórios fotográficos das obras, levantamentos topográficos, controle tecnológico de terraplanagem, controle tecnológico de pavimento em CBUQ, controle tecnológico de pavimento em bloco intertravado de concreto, controle tecnológico de pavimento em tratamento superficial duplo, controle tecnológico de drenagem, apoio à gestão dos contratos e convênios de pavimentação, gestão da informação dos instrumentos e produção de relatórios e supervisão geral das frentes de serviços de pavimentação.
- 1.3 Código SIASG - CATSER 23060

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

a) Termo de Referência (TR): conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela CODEVASF com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado serviço ou obra ou produto ou bens a ser executado e/ou fornecidos.

b) **Sistema de Registro de Preços – SRP:** Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos ao serviço licitado, para contratações futuras.

c) **IRP- Intenção de Registro de Preços:** instrumento a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG e que será utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG para registro e/ou divulgação dos itens a serem licitados.

d) **Ata de Registro de Preços:** Documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

e) **Editais:** Documento pelo qual a Codevasf divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo todas as **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em (Petrolina/PE), em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

f) **CODEVASF:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

g) **Como Construído (As Built):** É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.

- h) **Contratada:** Empresa licitante vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- i) **Contratante:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, doravante denominada CODEVASF.
- j) **Contrato (CT):** Documento, subscrito pela CODEVASF e a CONTRATADA (licitante vencedora do certame), que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.
- k) **Relatório Técnico:** Documento a ser emitido pela CONTRATADA contendo as informações coletadas pela equipe de campo da Contratada para cada via visitada.
- l) **Relatório Técnico de Fiscalização:** Documento a ser emitido pela CONTRATADA contendo as informações coletadas pela equipe de vistoria da Contratada para cada via a ser fiscalizada, referente à especificação e qualidade técnica dos serviços em execução pela empresa de executora, conforme modelo de relatório disponibilizado pela Codevasf.
- m) **Relatório Técnico de Atesto/Medição:** Documento a ser emitido pela CONTRATADA contendo as informações coletadas pela equipe de vistoria da Contratada para cada via.
- n) **Cronograma Físico-Financeiro:** representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço ou produto, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado CRONOGRAMA.
- o) **Documentos de Contrato:** Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.
- p) **Especificações Técnicas:** Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto.
- q) **Nota de Empenho (NE):** documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.
- r) **Ordem de Serviço (OS):** documento formal emitido pela CODEVASF com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.
- s) **Planilha de Custos da Proponente:** Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.
- t) **Planilha de Custos do Orçamento de Referência:** Representa o produto do somatório do preço de referência da CODEVASF de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

u) **Plano de Trabalho (PT):** Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

v) **Projeto Básico:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

1. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
2. Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras ou serviços de engenharia e montagem;
3. Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
4. Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
5. Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

w) **Projeto Executivo:** É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou serviços de engenharia, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

x) **Proposta Financeira:** Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

y) **Reunião de Partida (“START UP”)** – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, CODEVASF e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras ou serviços de engenharia.

3. CARACTERÍSTICAS DA LICITAÇÃO.

- 3.1. **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico, no formato de Sistema de Registro de Preço por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores (www.gov.br/compras/pt-br). O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente eletrônico, no sítio do Compras Governamentais: www.gov.br/compras/pt-br.
- 3.2. **Modo de Disputa:** Aberto, conforme art. 32 do Decreto nº 10.024/2019 e art. 56 Lei Nº 14.133/2021.
- 3.3. **Regime de Execução:** Empreitada por preço unitário.

3.4. **Valor estimado:** Público.

3.5. **Critério de Julgamento:** Menor Preço (Art.7º do Decreto nº 10.024/2019).

4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços objeto destes Termos de Referência poderão ser executados em municípios difusos da área de atuação da 15ª Superintendência Regional da Codevasf, estado de Pernambuco.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, NORMAS E MANUAIS.

5.1. As atividades objeto deste termo de referência referem-se à execução dos serviços de Apoio Técnico à Fiscalização e Supervisão Técnica de Obras, incluindo: análise de projetos, análise de planilhas orçamentárias, análise de boletins de medição, vistorias preliminares, vistorias de enquadramento de vias, produção de pareceres técnicos, produção de relatórios fotográficos das obras, levantamentos topográficos, controle tecnológico de terraplanagem, controle tecnológico de pavimento em CBUQ, controle tecnológico de pavimento em bloco intertravado de concreto, controle tecnológico de pavimento em tratamento superficial duplo, controle tecnológico de drenagem, apoio à gestão dos contratos e convênios de pavimentação, gestão da informação dos instrumentos e produção de relatórios e supervisão geral das frentes de serviços de pavimentação.

5.1.1. Os serviços na fiscalização de contratos, resumem-se a:

- a) Visitas técnicas a obras para verificação do atendimento às especificações técnicas e normas técnicas e administrativas aplicáveis;
- b) Medição dos serviços executados, por meio das equipes de topografia e laboratórios;
- c) Pareceres técnicos sobre solicitações de reajustamento ou reequilíbrios financeiros de contratos de acordo com as instruções normativas vigentes;

5.1.2. Os serviços na celebração de convênios, resumem-se a:

- a) Visitas técnicas a entidades requerentes para coleta de dados e/ou realização de serviços topográficos;
- b) Elaboração de pareceres técnicos sobre viabilidade, consistência e coerência dos projetos executivos;
- c) Elaboração de pareceres técnicos sobre viabilidade, consistência e coerência de planilhas orçamentárias;

5.1.3. Os serviços de Apoio Técnico a Fiscalização de Obras de Pavimentação, resumem-se a:

- i. Serviços Topográficos para Pavimentação, sendo eles:
 - a) Levantamento de Campo;
 - b) Processamento de dados coletados;
 - c) Elaboração do Projeto Geométrico de Vias Urbanas e Rurais;
- ii. Assessoramento à administração no acompanhamento das frentes de serviços de contratos geridos pela 15ª Superintendência Regional da Codevasf.

- iii. Acompanhar a implementação da obra verificando o cumprimento o controle de qualidade e o cronograma físico;
- iv. Analisar e complementar os dados topográficos e geotécnicos existentes, bem como realizar ensaios da qualidade dos materiais.
- v. Apoiar à administração quanto às medições dos serviços executados, conferindo-os e encaminhando-os ao fiscal para ateste e posterior formalização do pagamento correspondente.
- vi. Registrar no diário de obras o andamento dos serviços e intercorrências relevantes.
- vii. Realizar vistorias de obras verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas e indicações de segurança.
- viii. Colaboração na preparação de documentos técnicos e pareceres para apresentação perante solicitação dos órgãos de controle e entidades intervenientes.
- ix. Emitir relatórios mensais sobre os resultados das atividades da equipe de supervisão efetuadas, bem como as respectivas atividades realizadas pela construtora, os quais deverão ser entregues no final de cada mês, de acordo com o Anexo III da IS DG DNIT 3/2016.
- x. Acompanhar a elaboração dos desenhos de retificações e complementação do projeto básico, bem como avaliar o projeto executivo e a ser entregue pela empresa construtora previamente a execução dos serviços de pavimentação.

5.1.4. Equipe Técnica

- Engenheiro: profissional graduado em Engenharia Civil, registrado no conselho, quantidade conforme a Planilha Orçamentária.
- Técnico de Campo, graduação em estradas ou edificações (categoria T2): formação em ensino técnico profissionalizante.
- Equipe de Topografia.
- Equipe de Laboratório.

5.1.5. Funções dos profissionais:

-Engenheiro

- a) Acompanhamento as obras, com a responsabilidade de verificar todas as ocorrências que impactem o andamento dos serviços, verificar a execução dos serviços pela construtora conforme especificações técnicas dos projetos, acompanhar as obras em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar a aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados, fotografar e filmar partes da obra que julgar necessárias;
- b) Apoio a Codevasf no levantamento/cadastramento de novas demandas, por meio de inspeção técnica/levantamento de campo, elaboração de relatórios, planilhas e plantas.
- c) Otimização da alocação dos técnicos de campo e equipes de topografia e laboratório , bem como pela submeter o plano de trabalho semanalmente junto à fiscalização da Codevasf;
- d) Proposição de soluções técnicas e administrativas quanto a eventuais interferências verificadas in loco.
- e) Suporte técnico superior aos técnicos de campo, equipe de topografia e equipe de laboratório.

- f) Recepção e encaminhamento das demandas dos fiscais e prepostos das obras supervisionadas.

- Técnico de Campo:

- a) Acompanhar as obras, verificando as execuções dos serviços em relação às especificações técnicas do projeto, acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e dos serviços executados;
- b) Os técnicos deverão participar e dar ciência de todas as retificações executivas necessárias para serem registradas em projeto “*as built*” ou relatórios técnicos.
- c) A atribuição principal desta função será fiscalizar e acompanhar diariamente os serviços executados.

- Equipe de topografia:

- a) Profissionais responsáveis pela verificação de notas de serviços e cadastros conflitantes entre o projeto básico, marcações da Construtora e levantamentos da equipe de fiscalização, análise de quantitativo e volume para fins de medição.
- b) Profissionais responsáveis para elaboração de memoriais descritivos e georreferenciamento de áreas, caso necessário.
- c) Apoiar a Codevasf no levantamento/cadastramento de novas demandas, por meio de inspeção técnica/levantamento de campo, elaboração de relatórios e afins.

- Equipe de laboratório:

- a) Profissionais responsáveis pela supervisão das análises clínicas.
- b) Coletar e processar materiais e substâncias
- c) Profissionais responsáveis pela verificação da comparação de resultados conflitantes.

5.1.6. Equipamentos:

- A contratada deverá disponibilizar veículos para locomoção dos profissionais, conforme quantitativo previsto na planilha orçamentária, destinado aos empregados.
- A contratada deverá disponibilizar equipamentos e acessórios para equipe de topografia;
- A contratada deverá disponibilizar equipamentos e acessórios para equipe de laboratório;
- A contratada deverá disponibilizar fornecer diárias com alimentação para os profissionais em trânsito.
- A contratada deverá fornecer EPI's adequados para os profissionais.
- A contratada deverá fornecer ART registrada de todos os profissionais.
- A contratada deverá fornecer os ensaios executados em Laboratório de Solos e em Laboratório de Betume para as etapas das obras as quais forem necessários;

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências deste Termo de Referência e seus anexos.
- 6.2. As regras e condições de participações das microempresas e empresas de pequeno porte serão estabelecidas pelo edital em conformidade a legislação vigente
- 6.3. A empresa interessada deverá satisfazer as seguintes condições básicas:

- a) Possuir e comprovar capital social mínimo de 10% do orçamento de referência da licitação;
- b) Comprovar, mediante apresentação ou estatuto social, que o ramo de sua atividade está relacionado com o objeto da Licitação em epígrafe;

6.4. **CONSÓRCIO**

- 6.4.1. Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

6.5. **SUBCONTRATAÇÃO**

- 6.5.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, exceto no caso de contraprovas de ensaios.

6.6. **PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

- 6.6.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7. **VISITA AO LOCAL DAS OBRAS**

O atestado de visita ao local dos serviços não será obrigatória, porém, é de inteira responsabilidade da Licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes aos locais. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos. Em caso de dúvidas sobre onde serão executados os serviços dos objetos deste termo de referência, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Técnica Regional de Desenvolvimento da 15ª Superintendência Regional da Codevasf, em Recife, no estado de Pernambuco, no telefone: (81) 3271-4709.

- 7.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 7.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 7.3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

7.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar com a Gerência Técnica Regional de Desenvolvimento da Codevasf, em Recife, no estado de Pernambuco, no telefone (81) 3271-4709.

7.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste TR), através do seu preposto.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

8.1. As propostas deverão ser firmes e precisas, limitadas rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

8.2. A proposta constitui-se dos seguintes documentos:

- A) Preço global para execução dos serviços objeto deste TR com valor igual ou inferior ao estimado na planilha orçamentária referencial (Anexo III).
- B) Deverá apresentar a planilha de custos e despesas indiretas dos serviços ajustada ao lance ofertado, discriminando todos os seus itens, com clareza e sem rasuras, conforme orçamento referencial constante do anexo III (formulários: PFS, PFS-I, PFS-II, PFS-III, PFS-IV PFS-V, PFS-VI, PFS-VII e PFS-VIII), observando-se os preços unitários e preços globais máximos orçados pela Codevasf.
- C) Junto com a proposta final, a planilha orçamentária ajustada ao lance, no formato .xls, objetivando facilitar a conferência.
- D) A Licitante deverá apresentar composição detalhada do BDI, conforme orçamento referencial constante do anexo III (formulário: BDI).
- E) Licitante deverá apresentar detalhamento dos encargos sociais (Anexo III). No quadro PFS-VII, a licitante deverá discriminar os percentuais dos encargos sociais adotados com observância da legislação pertinente.
- F) A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos das categorias, fixados por Lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho.
- G) Ocorrendo divergência entre os dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho deverá a licitante atender o mínimo dos pisos salariais estabelecidos em Lei em sua proposta financeira.
- H) Os encargos que recebem incidência e reincidência dos encargos básicos devem ser corretamente definidos.
- I) Em relação à proposta financeira, não haverá parcela de mobilização, nem de desmobilização, em função da natureza dos serviços, que não envolve canteiro de obras, não exige transporte de máquinas/equipamentos pesados.
- J) Não serão admitidas modificações de quantitativos dos itens da planilha orçamentária referencial no ajuste ao preço global ofertado.

8.3. Serão considerados preços unitários inexequíveis aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e ou à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a execução dos serviços objeto desta licitação, e que apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais empresas ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

- 8.4. Na PROPOSTA apresentada pela LICITANTE deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
- 8.5. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 8.6. Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser de 5%, sendo ajustados na liquidação às alíquotas efetivamente praticadas em cada município cujos serviços forem prestados.
- 8.6.1. No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.
- 8.6.2. As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 8.7. O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.
- 8.8. As despesas relativas ao deslocamento da equipe deverão ser lançadas no Quadro PFS-IV (ver Anexo III)
- 8.9. As despesas relativas as diárias deverão ser lançadas no Quadro PFS-III (ver Anexo III).

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1.1. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.
 - b) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou provida, acompanhado (s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, expedida(s) pelo CREA da região onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado obras ou serviços técnicos de supervisão e/ou gerenciamento de obras de pavimentação asfáltica.
 - c) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada,

nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços executados e o prazo final de execução.

- d) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado obras ou serviços técnicos de supervisão e/ou gerenciamento de obras de pavimentação asfáltica.
- e) Para atendimento às alíneas “b” e “d”, serão aceitas a comprovação, nos mesmos moldes, de execução de serviços com características similares ao objeto desta licitação.
- f) Entende-se por serviço de características de porte e complexidade superiores elaboração de projetos executivos de estradas/rodovias/vias urbanas.
- g) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
 - O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- h) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço vigente, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- i) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma.
- j) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

- 10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços, objeto desta licitação, **o valor máximo global de R\$ 4.656.738,21 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos)**, a custos referenciais SICRO e TC DNIT de Jul/2023.
- 10.2. As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme Art. 7º, § 2º do Decreto 7.892 de 23/01/2013.
- 10.3. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 11.1. O prazo máximo para execução do objeto deste TR será de 12 (doze) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

- 11.2. A prorrogação do prazo só poderá ser para o de execução dos serviços do objeto do TR, sendo analisado pela fiscalização e se aprovado pela mesma deverá ser encaminhada à autoridade competente para autorização.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados condicionadamente aos serviços executados nos contratos de obra, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- a) A Codevasf pagará à contratada mediante a apresentação de faturas, que deverão ser acompanhadas de relatório de execução de atividades de supervisão dos contratos e convênios vinculados, e parecer da fiscalização por meio do relatório de acompanhamento técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.
 - b) A Codevasf somente pagará a contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento, reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
 - c) Nos preços apresentados pelo licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
 - d) A contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos conforme valores firmados na proposta vencedora e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.
 - e) Caso a Codevasf faça a retenção do ISS não precisará apresentar o comprovante de pagamento do mesmo.
- 12.2. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:
- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
 - b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
 - c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
 - d) Moradia, alimentação e transporte.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 13.1. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial

publicado na revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas, Índice de Obras Portuárias - Consultoria (Supervisão e Projetos) - Código 159754, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = Vx \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I1 = Índice correspondente ao mês de aniversário da proposta;

I0 = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

14. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

14.1. A Supervisora deverá:

14.1.1. Elaborar relatório mensal, seguindo o escopo constante do Anexo III da Instrução de Serviço DG nº 03 de fevereiro de 2016 do DNIT, discriminando tanto as atividades de supervisão como as respectivas atividades das construtoras, inclusive contendo a avaliação técnica, financeira e administrativa dos instrumentos contratuais supervisionados, tecendo comentários detalhados, para o(s) correspondente(s) frentes de serviço(s), sobre:

14.1.1.1. A efetividade do(s) Controle Tecnológico da(s) construtora(s);

14.1.1.2. A qualidade dos serviços de elaboração dos projetos Executivos e dos serviços executados no período;

14.1.1.3. O pessoal e equipamentos mobilizados pela(s) construtora(s);

14.1.1.4. A situação do(s) cronograma(s) físico-financeiro(s) de andamento dos serviços de elaboração dos projetos e de execução das obras, mediante a comparação do previsto com o executado;

14.1.1.5. Segurança ocupacional no canteiro de obras;

14.1.1.6. A eficácia da sinalização e das medidas de segurança de trânsito durante a elaboração dos projetos Básico e Executivo e a Execução as obras;

14.2. Elaboração de Plano de Trabalho de Supervisão, mensurando o tempo a ser gasto em cada etapa e os recursos materiais e humanos envolvidos:

a) Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras;

b) Descrição da metodologia de trabalho;

c) Descrição do planejamento e da execução das atividades.

14.3. Relatório de acompanhamento técnico da obra – deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora.

14.4. Relatório de acompanhamento de serviços – deverá ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora, bem como na medição da empresa de apoio a fiscalização.

- 14.5. Material de Divulgação – materiais a serem elaborados para divulgação da obra, sob aprovação da Codevasf.
- 14.6. Relatório Final - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a contratada apresenta o relato de todos os serviços executados. Elaborar os Relatórios Finais com os desenhos “as built”.

15. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- 15.1. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas e Manuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf.
- 15.1.1. Manuais, Normas e Especificações Gerais de Obras Rodoviárias da ABNT, DNIT e Codevasf;
- 15.1.2. NBR 9.050/2015 - Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos;
- 15.1.3. Norma DNIT 011-2004-PRO - Gestão de Qualidade em Obras Rodoviárias - Procedimentos;
- 15.1.4. Norma DNIT 013/2004-PRO - Requisitos para a qualidade em obras rodoviárias – Procedimento;
- 15.1.5. Norma DNIT 014/2004-PRO - Requisitos para a qualidade em supervisão de obras rodoviárias - Procedimento;
- 15.1.6. Instrução de Serviço DG nº 13 de 04 de novembro de 2013 - Define e Padroniza os procedimentos técnicos e administrativos para recebimento de obras rodoviárias de pavimentação de pavimentos novos e restaurados – que foram objeto de intervenções de caráter estrutural;
- 15.1.7. IS-201 - Estudos de Tráfego em Rodovias;
- 15.1.8. IS-202 - Estudos Geológicos;
- 15.1.9. IS-203 - Estudos Hidrológicos;
- 15.1.10. IS-204 - Estudos Topográficos para Projetos Básicos de Engenharia para Construção de Rodovias Rurais;
- 15.1.11. IS-206 - Estudos Geotécnicos;
- 15.1.12. IS-207 - Estudos de Traçado;
- 15.1.13. IS-208 - Projeto Geométrico;
- 15.1.14. IS-209 - Projeto de Terraplenagem;
- 15.1.15. IS-210 - Projeto de Drenagem;
- 15.1.16. IS-211 - Projeto de Pavimentos Flexíveis;

- 15.1.17. IS-213 - Projeto de Interseções, Retornos e Acessos;
- 15.1.18. IS-214 - Projeto de Obras de Arte Especiais;
- 15.1.19. IS-215 - Projeto de Sinalização;
- 15.1.20. IS-216 - Projeto de Paisagismo;
- 15.1.21. IS-217 - Projeto de Dispositivos de Proteção (Defensas e Barreiras);
- 15.1.22. IS-218 - Projeto de Cercas;
- 15.1.23. IS-219 - Projeto de Desapropriação;
- 15.1.24. IS-220 - Orçamento da Obra;
- 15.1.25. IS-246 - Componente Ambiental dos Projetos de Engenharia Rodoviária;
- 15.1.26. IS/DG nº 20, de 22 de outubro de 2019 – Estabelece procedimentos a serem utilizados no acompanhamento de obras rodoviárias, assim como institui modelos de Relatórios de Supervisão de Obras no âmbito dos programas da Coordenação Geral de Construção Rodoviária – CGCONT/DIR/DNIT.
- 15.1.27. Em caso de conflito entre as Normas do DNIT e as da ABNT, prevalecerão as prescrições das Normas da ABNT.
- 15.2. As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 15.3. A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.
- 15.4. Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em meio digital.
- 16. **MULTAS**
 - 16.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
 - 16.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
 - 16.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:
 - Graus de Penalidade:
 - Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
c) Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
e) Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

16.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

16.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela **Codevasf**, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.

- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
- b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – 15ª GGR- o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

16.6. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2022, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Cometer fraude fiscal;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Predispor o atraso da execução do contrato;

- 16.7. Comete falta grave, podendo motivar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art 7º da Lei nº 10.520/2002, aquele que:
- a) Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
 - b) Deixar de realizar pagamento do salário, no dia fixado e/ou com valor diferente daquele previsto na planilha orçamentária acatada na licitação;
- 16.8. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Codevasf poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- 16.9. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/15ªSR, que procederá ao seu exame.
- 16.10. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Competente da **Codevasf**, que poderá relevar ou não a multa.
- 16.11. Em caso de relevação da multa, a **Codevasf** se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 16.12. Caso a Autoridade Competente mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 17.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 17.2. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 17.3. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 17.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela **Codevasf**, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da **Codevasf**.
- 17.5. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.

- 17.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 17.7. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 17.8. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18. FISCALIZAÇÃO

- 18.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 18.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 18.3. A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.
- 18.4. Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 18.5. Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 18.6. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 18.7. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 18.8. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.

- 18.9. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 18.10. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 18.11. O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 18.12. Analisar e aprovar os relatórios mensal e final constantes do item 14. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.
- 18.13. Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 18.14. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.
- 18.15. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 18.16. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 18.17. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 18.18. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 18.19. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.
- 18.20. Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 18.21. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

- 18.22. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 18.23. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 18.24. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 18.25. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

19. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 19.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 14 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.
- 19.1.1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 19.1.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 19.1.3. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 19.1.4. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 19.1.5. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 19.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 19.1.7. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 19.1.8. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
 - a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Caução Contratual.
- 19.1.9. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

20. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 20.1. A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:
- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
 - b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
 - c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 21.1. A contratada, quando da execução dos serviços de acompanhamento objeto deste Termo de Referência, deverá estar atenta, se a execução do referido objeto está atendendo à legislação vigente que estabelece diretrizes para a sustentabilidade ambiental, no tocante a projetos, serviços de engenharia e aquisição de materiais, quais sejam:
- 21.2. Atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993. **Em seu art. 4º, o Decreto nº 7.746** que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:
- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 - f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
 - g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
 - h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- 21.3. Com base nas diretrizes supracitadas, atentar-se para o atendimento de alguns critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 (MPOG), para a elaboração do projeto básico e/ou executivo, serviços de engenharia e aquisição de materiais, tais como:
- a) Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
 - b) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
 - c) Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

- d) Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
 - e) Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
 - f) Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
 - g) Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
 - h) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
 - i) Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.
- 21.4. Ainda de acordo com a IN 01/2010, na elaboração do projeto básico e/ou executivo deverão ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).
- 21.5. Deverá atentar-se ao atendimento às diretrizes estabelecidas no art. 4º da Lei nº 12.462/11, em seus § 1º e § 2º, que diz:
- a) § 1º As contratações realizadas com base no RDC devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:
 - I) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
 - II) Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
 - III) Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;
 - IV) Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
 - V) Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e
 - VI) Acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - b) § 2º O impacto negativo sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados deverá ser compensado por meio de medidas determinadas pela autoridade responsável, na forma da legislação aplicável.
- 21.6. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde deverão ser adotadas as seguintes providências:
- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
 - b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
 - c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
 - I) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
 - d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

- II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
 - e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
 - f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores,

dentre

os

quais:

 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.
- 21.7. Deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e suas alterações, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser

- armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”
- 21.8. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, deverá ser efetuado o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 21.9. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 21.10. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

22. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

- 22.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
- a) Currículo dos Engenheiros e Técnicos de Campo para aprovação prévia pela Codevasf;
 - b) Disponibilizar aos empregados identificação por meio de crachá, além de provê-los com os EPI's adequados.
- 22.2. A CONTRATADA que seja regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme IN SEGES/MPDG nº 5/2017:
- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, número do RG e do CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela prestação dos serviços, quando for o caso;
 - b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos, devidamente assinadas pela contratada;
 - c) Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - d) Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige ao encerramento do contrato.
- 22.3. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.
- 22.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.
- 22.5. Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela que serão executados os serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com o disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27/10/1989.
- 22.6. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização, conforme o subitem 14.1.
 - b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
 - c) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- 22.7. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal –

- CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 22.8. Após a finalização do contrato os bens fornecidos na Planilha Orçamentária, ficarão sob posse da Codevasf.
- 22.9. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Codevasf em Pernambuco.
- 22.10. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 22.11. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 22.12. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 22.13. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 22.14. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 22.15. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA.
- 22.16. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 22.17. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 22.18. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre "CAUÇÃO".
- 22.19. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 22.20. Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.

- 22.21. A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 22.22. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 22.23. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 22.24. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 22.25. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 22.26. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 22.27. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 22.28. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:
- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
 - b) Normas técnicas da ABNT, INMETRO e DNIT, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 22.29. A Contratada deverá disponibilizar para a equipe de Fiscalização da Codevasf, veículo, em estado novo, de no máximo dois anos de fabricação, para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da Codevasf, sendo que ao final das obras o veículo será devolvido à contratada.
- 22.30. A CONTRATADA deverá disponibilizar também veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.
- 22.31. Os veículos deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução nº 9.674/01 – Codevasf:

CODEVASF

VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF

EQUIPE DE SUPERVISÃO DE OBRAS

- 22.32. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos nos subitens 22.29 e 22.30, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.
- 22.33. Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.
- 22.34. A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.
- 22.35. Responder pelos serviços definidos neste Termo de Referência e no edital, entre os quais a execução dos ensaios;
- 22.36. Responder pelo fornecimento frequente à fiscalização da Codevasf, de informações e/ou relatórios contendo possíveis não conformidades quanto ao cumprimento pela(s) empresa(s) executora(s) da(s) Obras(s) de requisitos exigidos pela(s) Seguradora(s) na(s) Apólice(s) de Seguro de Risco de Engenharia, para o(s) correspondente(s) lote(s) de Obras, permitindo, em caso de necessidade, que a Codevasf possa acionar a Seguradora quanto a(s) respectiva(s) Cobertura(s) do(s) Seguro(s) Garantia(s);
- 22.37. Manter instalado(s) e em plena(s) condição(ões) de operação e em local próprio da Supervisora, o(s) laboratório(s) exigidos no orçamento referencial do Codevasf, durante todo o período (meses) em que o(s) mesmo(s) foi(ram) dimensionado(s);
- 22.38. A responsabilidade pela quantificação dos serviços executados para fins de medição dos serviços de elaboração dos projetos e de execução das obras;
- 22.39. A responsabilidade pela qualidade dos serviços executados;
- 22.40. Minutar Ordem de Paralisação a ser expedida pela Fiscalização do Codevasf, para qualquer serviço que esteja sendo executado diferentemente das normas, manuais e especificações do Codevasf, comprometendo a excelência da qualidade, a economicidade, a razoabilidade, a impessoalidade e a transparência da gestão pública. Corrigida a irregularidade, minutar Ordem de Reinício do Serviço a ser expedida pela Fiscalização. Em ambos os casos, deverá ser dado ciência ao Fiscal do empreendimento, imediatamente após a constatação e/ou solução da irregularidade constatada;
- 22.41. Propor soluções de engenharia compatíveis ou superiores ao nível tecnológico requerido pelo gestor do empreendimento e que atendam as especificidades do terreno, do meio ambiente, da segurança e do conforto do usuário da rodovia;
- 22.42. Registrar no Diário de Obras todas as não conformidades e irregularidades constatadas na fase de elaboração dos Projetos de Engenharia e na fase de Execução das obras, assim como as providências adotadas para corrigi-las;

- 22.43. Apresentar ao Gestor do empreendimento, quando requerido, os remanescentes de todos os serviços, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis;
- 22.44. Executar o controle de qualidade e o controle do consumo dos materiais betuminosos utilizados na obra;
- 22.45. Verificar a efetividade da gestão da qualidade da(s) construtora(s), em especial pelo conjunto dos controles geométrico e tecnológico, cuja execução será de responsabilidade da Supervisora. À Supervisora caberá a realização dos ensaios necessários ao controle geométrico e de ensaios tecnológicos específicos a serem realizados em dependências próprias;
- 22.46. Verificar a qualidade da implantação do componente ambiental do projeto de engenharia;
- 22.47. Responder pela eficácia do cumprimento das medidas de redução de acidentes e pelo aumento da segurança de trânsito durante a Elaboração dos Projetos Básico e Executivo e da Execução das obras, assim como, por aperfeiçoamentos e/ou correções de aspectos inadequados ou insuficientes, porventura, observados “in loco”;
- 22.48. Manter os elementos, dados, informações, registros, análises e conceituações sobre os Projetos Básico e Executivo, as obras e a(s) construtora(s) que vier(em) a ser apresentada(s) à Fiscalização do Codevasf;
- 22.49. Responder pelas instalações completas de sua administração, laboratórios e demais infraestrutura necessária ao adequado acompanhamento e supervisão dos serviços de Elaboração dos Projetos Básico e Executivo e da execução das obras, em local distinto do canteiro de obras da construtora;
- 22.50. Quando for o caso, colocar à disposição da fiscalização da Codevasf os relatórios contendo a Avaliação dos Imóveis, Benfeitorias e Montagem dos Processos de Desapropriação da Faixa de Domínio, elaborados pela empresa responsável pela elaboração do Projeto Básico da Obra.

23. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 23.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 23.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 23.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 23.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 23.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 23.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.
- 23.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.
- 23.8. Exigir da contratada o cumprimento integral do contrato.

- 23.9. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada, através de correspondências protocoladas.
- 23.10. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 23.11. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 23.12. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

24. MATRIZ DE RISCO

- 20.1 A matriz de risco está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 20.2 A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da Codevasf.
- 20.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 20.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 20.5 A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 20.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 20.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 20.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 20.9 Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 20.10 A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

25. CONDIÇÕES GERAIS

- 25.1. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 25.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.
- 25.3. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.
- 25.4. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 25.5. A CODEVASF poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 25.6. Fica garantido à CODEVASF, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 25.7. O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da CODEVASF, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
- 25.8. Conforme previsto no Art. 77 da lei 13.303/2016, a Licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde o serviço estará sendo executado. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante.
- 25.9. Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições. Na existência de divergências entre as diretrizes destes Termos de Referência e o Edital, prevalecem as do último.
- 25.10. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à 15ª Gerência Técnica Regional de Infraestrutura - 15ª/GTR da CODEVASF.
- 25.11. A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.

- 25.12. Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Cadernos de Encargos da CODEVASF e NBR em vigor.
- 25.13. A CODEVASF poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
- 25.14. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante, conforme previsto no Art. 69 da Lei 8.666/93.
- 25.15. Responsabiliza-se a Licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no Art. 70 da Lei 8.666/93.
- 25.16. A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CODEVASF.
- 25.17. A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.
- 25.18. A CODEVASF não fornecerá água, energia elétrica e telefone para realização das obras e serviços do objeto destes Termos de Referência. Tais insumos deverão fazer parte dos custos unitários apresentados pela Licitante.
- 25.19. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.
- 25.20. A contratada se responsabilizará pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U de 13 de fevereiro de 1998, e a Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010, em especial o Capítulo III – DOS BENS E SERVIÇOS – Art. 6º.
- 25.21. A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando ou aumentando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 81, §1º, da Lei 13.303/2016 e Art. 14. do Decreto 7.983, de 08 de Abril de 2013.
- 25.22. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada os custos resultantes da eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva destes pela comissão de recebimento da obra.
- 25.23. Será de inteira responsabilidade da Contratada o pagamento, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, decorrentes de serviços subcontratados pela Contratada.

26. ANEXOS

26.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I: Justificativas
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços
- Anexo III: Planilha Orçamentária de Referência;
- Anexo IV: Matriz de Risco
- Anexo V: Estudo Técnico Preliminar



**Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional**

Anexo I: Justificativas

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

A Codevasf, empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), tem como missão institucional contribuir para o desenvolvimento regional com ações voltadas para a utilização racional de água e solo das bacias hidrográficas.

A estratégia de intervenção da Codevasf no território está atualmente delineada no Plano Estratégico Institucional - PEI 2022-2026, cuja linha de negócios Estruturação de Cidades desdobrada em nível estratégico conforme se verifica no recorte do PEI a seguir.

Estruturação de Cidades	Infraestrutura Urbana	<ul style="list-style-type: none">• Melhoria da rede viária;• Construção de equipamentos públicos• Otimização da logística urbana• Canalização e drenagem urbana	<ul style="list-style-type: none">• Qualificação urbana• Aumento da atratividade produtiva, comercial e industrial	<ul style="list-style-type: none">• População urbana dos municípios beneficiários
--------------------------------	------------------------------	---	---	---

Essas ações fazem frente às necessidades de melhoria da infraestrutura viária dos municípios atendidos, cuja malha viária encontra-se em grande parte em pavimento primário ou calçadas com paralelepípedo.

Os contratos de obras ou serviços de pavimentação podem ser acompanhados de um contrato de supervisão ou gerenciamento, o qual pode ter vinculação individualizada ou compartilhada com mais de um instrumento. Desta forma, um contrato de supervisão pode atuar sobre mais de um contrato de obra.

Em suma, os serviços de supervisão constituem serviços de apoio a fiscalização na coordenação e acompanhamento das atividades da Executora das obras. Atualmente encontram-se em execução contratos de pavimentação com CBUQ, TSD e Intertravado de Concreto sobre vias consolidadas em diversos municípios do estado de Pernambuco, contratos estes segmentados pro mesorregião do estado.

Os fiscais da Codevasf possuem, rotineiramente, além das atribuições de fiscalização de obras e serviços de engenharia, atribuições inerentes ao cargo de analista, o que somatizado às grandes distâncias de deslocamentos para as frentes de serviços inviabiliza o acompanhamento contínuo das atividades da Executora.

Portanto, se faz necessária a contratação de empresa supervisora a qual além de acompanhar e supervisionar as atividades da Executora nas frentes de serviço, poderá refazer ensaios realizados pela construtora a fim de confirmar e controlar a quantidade e a qualidade dos serviços executados, subsidiando o Fiscal das informações técnicas necessárias para o cumprimento de suas atribuições de maneira efetiva.

Do Serviço “Comum”:

O tipo de serviço objeto destes Termos de Referência se caracteriza como um serviço comum, por se tratar de atividades de baixa complexidade. Os serviços possuem padrões de desempenho e qualidade



**Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional**

objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado e com metodologia objetiva de medição dos “padrões de desempenho e qualidade”.

Modalidade Licitatória:

Licitação Eletrônica. A CODEVASF por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, que regulamenta os processos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51).

Pregão:

A modalidade de licitação escolhida para esta licitação foi o Pregão Eletrônico, justificado pelo seu objetivo, serviço comum de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica de contratos e convênios, sendo tais serviços caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, que se enquadra no art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019, quando define que serviços comuns de engenharia são atividades ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.

O Acórdão TCU nº 841/2010 converteu em súmula (Súmula nº 257/2010) o entendimento pacificado no âmbito do Tribunal de Contas da União, no sentido de que “O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002”.

Critério de Julgamento:

Menor preço. Conforme Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019, justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade de serviço não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Modo de Disputa:

Aberto com orçamento público. Conforme Acórdão nº 1502/20218 - Plenário TCU (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz), nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatório, e não facultativo, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Periodicidade de Prestação do Serviço:

Continuado.

A periodicidade de prestação do serviço do futuro contrato será não continuada, por demanda especificada da Codevasf na nova área de atuação, tendo em vista o alto número de contratos e convênios de obras de pavimentação em celebração ou já celebrados ou planejado no PPA 2020-23.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. Preço certo de unidade determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos



**Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional**

preços unitários propostos pela contratada. A área técnica ainda optou em adotar o regime de execução por preço unitário por se tratar de execução de serviço comum de engenharia com probabilidade significativa de alteração nos quantitativos de serviços contratados. Além disso, não há projeto básico para do execução do objeto dessa contratação. O regime de execução de empreitada por preço unitário será utilizado devido à natureza do objeto que possui imprecisão de quantitativo.

Artigo 43 - Lei 13.303/16: "Os contratos destinados À execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes: I - empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetivos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários."

Sistema de Registro de Preço

O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e regulamentada pelo decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e normas complementares.

Os serviços de apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica, objeto do presente pleito, podem ser considerados serviços comuns de engenharia, conforme enquadramento art. 3º, inciso VIII do Decreto nº 10.024/2019, ademais os referidos serviços se caracterizam como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, pelas suas características operacionais são realizados com objetivo de suprir demandas e necessidades da Administração em contratações frequentes, visto que a empresa não possui profissionais de nível técnico suficientes para atendimento destes serviços. Desse modo, diante desses requisitos e conforme hipótese I do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, será possível adota o Sistema de Registro de Preços diante de demandas padronizadas e que não seja serviço de engenharia complexo.

O Acórdão TCU nº 1381/2018 - Plenária possibilitou o registro de preços para contratação de serviços comuns de engenharia em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira.

Diante das informações fica evidente que a contratação atende o Decreto nº 7.892/2013, Art. 3º, Inciso I, quanto a necessidade de contratações frequentes.

Com relação ao Sistema de Registro de Preços (SRP), o formato permite a possibilidade contratações futuras, ou seja, reduz o número de licitações, ganho em escala nos preços e melhor gestão orçamentária dos recursos liberados durante o ano cível.

A redução do número de licitações promove um melhor eficiência da Administração Pública, permitindo a contratação imediata quando verificada a existência de uma necessidade administrativa, reduzindo assim, a burocracia.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de 12 meses, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do decreto nº 7.892, de 23/01/2013, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.



**Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional**

Garantia de Execução (caução):

É necessário, para fins de emissão da Ordem de Serviço, que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica:

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada. As exigências contidas neste Termo de Referência se justificam em função da necessidade de “seleção” de empresas com capacidade técnica, executiva e experiência comprovada para execução do objeto do presente Termo de Referência. Reforçamos que a súmula nº 263 do TCU interpreta como legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obra ou serviços com características semelhantes, devendo guardar proporção com a dimensão e complexidade do objeto, assim, partindo dessa estruturação lógica, considerando que as principais ações da CODEVASF serão voltadas para pavimentação, obras civis, poços, entre muitas outras, os mesmos foram adotados como pertinentes na comprovação de tal capacidade e estimados quantitativos dentro de um mínimo para garantir a expertise da licitante.

Permite Participação de Consórcios/Cooperativas/Subcontratações:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresa na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017. Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Justificativa do não parcelamento:

Não se justifica o parcelamento dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão técnica na execução de contratos, convênios, uma vez que os profissionais mantêm grau de dependência em suas atividades, com diferentes formações e especialidades para atender as mais variadas atividades técnicas realizadas pela CODEVASF no desenvolvimento regional da sua área de abrangência. Contudo, o não parcelamento não implicará no processo de disputa e poderá agregar em economia de escala, uma vez que a licitante vislumbrará a possibilidade de uma contratação com maior prazo na prestação dos serviços.

Justificativa para o Reajustamento:

Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação/reajuste) desta licitação, por contemplar serviços de natureza não contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos e materiais diversos não relacionados a mão de obra.

A repactuação dos custos de mão de obra do contrato visa à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou orçamento dos custos do contrato, devidamente justificada. A Licitante deverá apresentar, em sua proposta de repactuação, cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, quando a data do orçamento se referir a alguns desses eventos.



**Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional**

Os reajustes envolvendo insumos não decorrentes da mão de obra, tais como: veículos, custos de escritório, equipamentos, serviços gráficos e outros serão efetuadas com base no índice especificado no TR, por se tratar do índice que melhor representa estes insumos e não outro.

Projeto Executivo:

As qualificações dos técnicos com suas funções e atribuições, todas as especificações dos serviços a serem desenvolvidos pela equipe de apoio à fiscalização, com supervisão técnica dos serviços, apoio em elaboração dos projetos e apoio técnico-administrativo na execução de contratos e convênios, que compõem este TR e ses anexos constituem o Projeto Executivo deste objeto a ser licitado.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer a legislação e normativos dos Conselhos Técnicos, com emissões das Anotações, Registro e/ou Termo de Responsabilidade Técnica, para todos os trabalho técnicos produzidos, garantindo desta forma a responsabilidade perante o objeto e segurança do trabalho. A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Aspectos ambientais:

Para a execução do objeto deste Termo de Referência não será necessário licenciamento ambiental, por se tratar de intervenção de nenhum impacto e até mitigação de problema ambiental.

Matriz de Risco:

Entende-se Matriz de Risco como sendo uma ferramenta de gerenciamento utilizada para identificar e determinar o tamanho de um risco e possibilitar as ações de impedimento ou controle. Sua utilização se faz necessário em obra e serviços de engenharia sempre que o objeto apresentar elevada complexidade ou riscos durante sua execução. Dessa forma, levando em consideração os riscos envolvidos ao longo da execução desse objeto, e não havendo impedimentos legais para aplicação deste instrumento, optamos pela sua utilização.

Aprovação do Termo de Referência

O Termo de Referência deverá ser aprovado por ato da autoridade competente, conform Resolução a ser inserida ao processo.

Alessandra Cristina Rossin

Chefe da Unidade de Estudos e Projetos

3ª/GRD/UEP - 3ª SR

Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ____/____/2022

Assinatura eletrônica do representante legal

Nome: _____

Função: _____



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA
15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - Recife/PE

**SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 15ª
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - RECIFE/PE**

Local: Área de abrangência da 15ª Superintendência Regional

BASES: SICRO-PE: JUL/2023; TC-DNIT-PE: JUL/2023; BDI-TC-DNT: NOV/2023 (Ofício-Circular n. 5895/2023)

BDI (%): 44,78%

PLANILHA RESUMO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviços Topográficos e de Supervisão Técnica de Instrumentos	Relatório	12,00	R\$ 388.061,51	R\$ 4.656.738,21

Local: Área de abrangência da 15ª Superintendência Regional

BASES: ICRO-PE: JUL/2023; TC-DNIT-PE: JUL/2023; BDI-TC-DNT: NOV/2023 (Ofício-Circular n. 5895/2023)

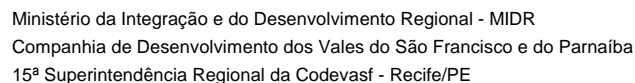
BDI (%):

44,78%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1			MÃO-DE-OBRA					R\$ 3.173.067,22
1.1			Salário da Equipe Técnica					R\$ 2.581.949,28
1.1.1	P9812	SICRO	Engenheiro	PROFISSIONAIS X MÊS	36,00	R\$ 23.407,94	R\$ 33.890,02	R\$ 1.220.040,72
1.1.2	P8147	SICRO	Técnico de obras	PROFISSIONAIS X MÊS	36,00	R\$ 6.841,33	R\$ 9.904,88	R\$ 356.575,68
1.1.3	P9848	SICRO	Desenhista	PROFISSIONAIS X MÊS	24,00	R\$ 6.387,58	R\$ 9.247,94	R\$ 221.950,56
1.1.4	P8163	SICRO	Topógrafo	PROFISSIONAIS X MÊS	24,00	R\$ 8.061,08	R\$ 11.670,83	R\$ 280.099,92
1.1.5	P8028	SICRO	Auxiliar de Topografia	PROFISSIONAIS X MÊS	24,00	R\$ 5.402,87	R\$ 7.822,28	R\$ 187.734,72
1.1.7	P8027	TC-DNIT	Auxiliar de Laboratorio	PROFISSIONAIS X MÊS	24,00	R\$ 4.073,85	R\$ 5.898,12	R\$ 141.554,88
1.1.8	P8098	TC-DNIT	Laboratorista	PROFISSIONAIS X MÊS	24,00	R\$ 5.007,39	R\$ 7.249,70	R\$ 173.992,80
1.2			Viagens					R\$ 591.121,44
1.2.1	Tabela Diárias da Codevasf		Diárias	UND.	1.872,00	R\$ 218,10	R\$ 315,77	R\$ 591.121,44
2			MANUTENÇÃO OPERACIONAL					R\$ 1.483.670,99
2.1			Veículos					R\$ 652.560,72
2.1.1	E9093	SICRO	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	UND. X MÊS	48,00	R\$ 2.921,13	R\$ 4.229,21	R\$ 203.002,08
2.1.2	E8891	TC-DNIT	Veículo leve picape 4x4 - 147 kW (sem motorista)	UND. X MÊS	36,00	R\$ 8.625,32	R\$ 12.487,74	R\$ 449.558,64
2.2			Manutenção e Administração do Escritório					R\$ 831.113,76
2.2.1	B8951	TC-DNIT	IMÓVEL COMERCIAL (2,60 do CMCC - SINAPI)	M² X MÊS	1.152,00	R\$ 47,30	R\$ 68,48	R\$ 78.888,96
2.2.2	B8953	TC-DNIT	MOBILIÁRIO - ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	192,00	R\$ 502,59	R\$ 727,65	R\$ 139.708,80
2.2.3	B8959	TC-DNIT	CUSTOS DIVERSOS - ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	192,00	R\$ 132,92	R\$ 192,44	R\$ 36.948,48
2.2.4	B8953	TC-DNIT	CESTA DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	192,00	R\$ 502,59	R\$ 727,65	R\$ 139.708,80
2.2.5	B8958	TC-DNIT	TOPOGRAFIA	EQUIPE X MÊS	24,00	R\$ 3.163,12	R\$ 4.579,57	R\$ 109.909,68
2.2.6	B8955	TC-DNIT	LABORATÓRIO DE ASFALTO	UNID. X MÊS	24,00	R\$ 5.144,99	R\$ 7.448,92	R\$ 178.774,08
2.2.7	B8957	TC-DNIT	LABORATÓRIO DE SOLOS	UNID. X MÊS	24,00	R\$ 4.235,59	R\$ 6.132,29	R\$ 147.174,96
Total Geral (Período de 12 meses)							R\$	4.656.738,21
Preço Unitário por Relatório Mensal							R\$	388.061,51

PROPOSTA FINANCEIRA APOIO A FISC. E SUP. DE OBRA		CODIGO:	FSUP
OBJETO:		EDITAL:	
SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - RECIFE/PE			
SERVIÇOS PAGOS A PREÇO UNITÁRIO			
MÃO-DE-OBRA			
A1 - TOTAL DE SALÁRIO DA EQUIPE COM VÍNCULO (FSUP-I)		893.471,40	
A2 - TOTAL DE SALÁRIO DO AUTÔNOMO (FSUP-I)		0,00	
A - TOTAL DOS CUSTOS DE SALÁRIOS DA EQUIPE		893.471,40	
B1 - ENCARGOS TOTAIS DA EQUIPE TÉCNICA (FSUP-I)		889.889,75	
B - TOTAL DOS CUSTOS COM ENCARGOS		889.889,75	
C1 - CUSTO TOTAL DAS PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES (FSUP-II)		0,00	
C2 - CUSTO TOTAL DAS DIÁRIAS (FSUP-II)		408.283,20	
C - TOTAL DO CUSTO COM VIAGENS		408.283,20	
MANUTENÇÃO OPERACIONAL			
D1 - CUSTO DOS VEÍCULOS (FSUP-III, ITEM 1)		450.725,76	
D2 - CUSTO DA MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ESCRITÓRIO (FSUP-III, ITEM 2)		574.053,60	
D - TOTAL DOS PREÇOS COM MANUTENÇÃO OPERACIONAL		1.024.779,36	
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS		3.216.423,71	
DESPESAS INDIRETAS			
E1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (10% SOBRE O CUSTO DIRETO)		321.642,37	
E2 - DESPESAS FINANCEIRAS (1,29% SOBRE O CUSTO DIRETO)		41.491,86	
E3 - RISCOS (0,72% SOBRE O CUSTO DIRETO)		23.158,25	
E4 - SEGUROS E GARANTIAS CONTRATUAIS (0,14% SOBRE O CUSTO DIRETO)		4.502,99	
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS		390.795,47	
BENEFÍCIOS			
F1 - LUCRO (12% SOBRE O CUSTO DIRETO)		385.970,84	
TRIBUTOS			
G1 - PIS (2,39% DO CUSTO DIRETO)		76.872,52	
G2 - COFINS (11,00% DO CUSTO DIRETO)		353.806,60	
G3 - ISS (7,24% DO CUSTO DIRETO)		232.869,07	
TOTAL DE TRIBUTOS		663.548,19	
TOTAL DA PROPOSTA (R\$)		4.656.738,21	
R\$/Relatório Mensal		388.061,51	
OBSERVAÇÃO:			
ESTE ORÇAMENTO FOI CALCULADO COM OS SEGUINTES % MÁXIMOS DE ENCARGOS SOCIAIS E CUSTOS INDIRETOS:			
1. ENCARGOS SOCIAIS DA EQUIPE COM VÍNCULO = 70,91% SOBRE O SALÁRIO MENSAL			
2. CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO = 10,00% SOBRE O CUSTO DIRETO CONFORME TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA (BDI) A PARTIR DE 08/11/23			
3. REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO) = 12,00% SOBRE O CUSTO DIRETO CONFORME TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA (BDI) A PARTIR DE 08/11/23			



SALÁRIOS DA EQUIPE TÉCNICA								CODIGO: FSUP-I			
OBJETO								EDITAL:			
SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - RECIFE/PE											
EQUIPE TÉCNICA				COMPOSIÇÃO DOS SALÁRIOS POR PROFISSÃO/FUNÇÃO				QTD	CUSTO TOTAL (R\$)		
ITEM	BASE	CÓDIGO (1)	PROFISSÃO/FUNÇÃO (2)	UND. (3)	SALÁRIO (4)	ENC. TOTAIS (5)	CUSTO UN. (6)	FUNC X MÊS (7)	S/ ENCARGOS (8)	DOS ENCARGOS (9)	C/ ENCARGOS (10)
1			PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR								
1.1	SICRO-PE	P9812	Engenheiro	mês	12.819,95	82,59%	23.407,94	36,00	461.518,20	381.167,88	842.685,84
1.3	SICRO-PE	P9867	Técnico especializado - mensalista	mês	3.203,92	113,53%	6.841,33	36,00	115.341,12	130.946,77	246.287,88
2			PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO								
2.1	SICRO-PE	P9848	Desenhista	mês	3.000,84	112,86%	6.387,58	24,00	72.020,16	81.281,95	153.301,92
2.2	SICRO-PE	P9949	Topógrafo	mês	4.037,00	99,68%	8.061,08	24,00	96.888,00	96.577,95	193.465,92
2.3	SICRO-PE	P9950	Auxiliar de topografia	mês	2.378,34	127,17%	5.402,87	24,00	57.080,16	72.588,83	129.668,88
3			PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO								
3.2	TC-DNIT	P8027	Auxiliar de Laboratorio	mês	1.618,28	151,74%	4.073,85	24,00	38.838,72	58.933,87	97.772,40
3.3	TC-DNIT	P8098	Laboratorista	mês	2.157,71	132,07%	5.007,39	24,00	51.785,04	68.392,50	120.177,36
TOTAIS (R\$)								192,00	893.471,40	889.889,75	
TÉCNICA (R\$)											
1.783.360,20											
OBSERVAÇÃO:											
1 - CÓDIGOS REFERENTES AO SISTEMA DE CUSTOS SICRO (JUL/2023)											
2 - DESCRIÇÃO DO PROFISSIONAL/FUNÇÃO											
3 - UNIDADE DE REFERÊNCIA PARA CÁLCULO DO CUSTO											
4- SALÁRIO NA BASE DE DADOS REFERENCIAL											
5 - ENCARGOS TOTAIS (SOCIAIS, COMPLEMENTARES E ADICIONAIS) NA BASE DE DADOS REFERENCIAL											
6- CUSTO UNITÁRIO											
7 - QUANTIDADE TOTAL DE FUNCIONÁRIOS POR TIPO POR 12 MESES											
8 - CUSTO TOTAL DOS SALÁRIOS SEM ENCARGOS POR 12 MESES SEM DESPESAS INDIRETAS, LUCRO E TRIBUTOS											
9 - CUSTO TOTAL DOS ENCARGOS POR 12 MESES SEM DESPESAS INDIRETAS, LUCRO E TRIBUTOS											
10 - CUSTO TOTAL DOS SALÁRIOS COM ENCARGOS POR 12 MESES SEM DESPESAS INDIRETAS, LUCRO E TRIBUTOS											
11 - TC-DNIT = TABELA CONSULTORIA DNIT											



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional da Codevasf - Recife/PE

VIAGENS DA EQUIPE TÉCNICA

CODIGO:

FSUP-II

OBJETO:

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - RECIFE/PE

EDITAL:

ITEM	PROFISSÃO/FUNÇÃO (1)	QTD FUNC. (2)	DIAS TRABALHADOS EM CAMPO NO MÊS (3)	ROTEIRO (4)	DIÁRIAS (6)				PERÍODO (meses) (7)	CUSTO TOTAL (8)
					A/T (5)	QTD (noites/mês)	HOSPEDAGEM + ALIMENTAÇÃO			
							R\$/noite	TOTAL		
1	EQUIPE DE TOPOGRAFIA									
1.1	Topógrafo	2	22	Deslocamentos da área de atuação da 15ª SR transportados nos veículos do contrato	T	34,00	218,10	7.415,40	12,00	88.984,80
1.2	Auxiliar de Topografia	2	22	Deslocamentos da área de atuação da 15ª SR transportados nos veículos do contrato	T	34,00	218,10	7.415,40	12,00	88.984,80
2										
2.2	Engenheiro (Exp. Pavimentação)	2	15	Deslocamentos da área de atuação da 15ª SR transportados nos veículos do contrato	T	24,00	218,10	5.234,40	12,00	62.812,80
2.3	Engenheiro (Orçamentista)	2	5	Deslocamentos da área de atuação da 15ª SR transportados nos veículos do contrato	T	8,00	218,10	1.744,80	12,00	20.937,60
2.5	Técnico especializado (Estradas)	3	15	Deslocamentos da área de atuação da 15ª SR transportados nos veículos do contrato	T	36,00	218,10	7.851,60	12,00	94.219,20
2.7	Auxiliar de Laboratorista	2	14	Deslocamentos da área de atuação da 15ª SR transportados nos veículos do contrato	T	10,00	218,10	2.181,00	12,00	26.172,00
2.9	Laboratorista	2	14	Deslocamentos da área de atuação da 15ª SR transportados nos veículos do contrato	T	10,00	218,10	2.181,00	12,00	26.172,00
TOTAIS						156,00	34.023,60	34.023,60		
TOTAIS DE CUSTOS E DE PREÇOS DE PASSAGENS E DIÁRIAS (R\$)								34.023,60		408.283,20

OBSERVAÇÃO:

- 1 - RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS
- 2 - QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS POR TIPO DE PROFISSIONAL
- 3 - DIAS ÚTEIS DEDICADOS A TRABALHOS FORA DO ESCRITÓRIO (EM CAMPO)
- 4 - DESCRIÇÃO DOS ROTEIROS DE VIAGEM ESPERADOS
- 5 - INDICAR (A) PARA AS PASSAGENS AÉREAS E (T) PARA AS TERRESTRES
- 6 - DESCRIÇÃO DAS DIÁRIAS E O CUSTO POR TIPO (ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM)
- 7 - PERÍODO ESTIMADO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
- 8 - CUSTO TOTAL POR 12 MESES SEM DESPESAS INDIRETAS, LUCRO E TRIBUTOS
- 9 - O CUSTO DAS DIÁRIAS DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM SE BASEIA NA TABELA DE DIÁRIAS DA CODEVASF

1.872,00
408.283,20
591.847,33

84,00

DESPESAS OPERACIONAIS						CODIGO:	
						FSUP-III	
PROJETO: SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - RECIFE/PE				REFERENCIA Relatório de Custos Gerais e BDI DNIT - Nov/2023		EDITAL:	
ITEM	BASE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS (R\$) (3)	TOTAL
						UNITÁRIO	
1. VEÍCULOS (1)							
1.1 Área de atuação da 15ª SR da Codevasf - Recife/PE							
1.1.1	TC-DNIT	E8889	Veiculo leve - 53 kW (sem motorista)	UND X MÊS	48,00	2.921,13	140.214,24
1.1.2	TC-DNIT	E8891	Veiculo leve picape 4x4 - 147 kW (sem motorista)	UND X MÊS	36,00	8.625,32	310.511,52
TOTAL DOS CUSTOS DOS VEÍCULOS (R\$)							450.725,76
2. MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ESCRITÓRIO (2)							
2.1	TC-DNIT	B8951	IMÓVEL COMERCIAL (2,60 do CMCC - SINAPI)	MP X MÊS	1.152,00	47,3000	54.489,60
2.2	TC-DNIT	B8953	MOBILIÁRIO - ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	192,00	502,5900	96.497,28
2.3	TC-DNIT	B8959	CUSTOS DIVERSOS - ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	192,00	132,9200	25.520,64
2.4	TC-DNIT	B8953	CESTA DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO	FUNCIONÁRIOS X MÊS	192,00	502,5900	96.497,28
2.5	TC-DNIT	B8958	TOPOGRAFIA	EQUIPE X MÊS	24,00	3.163,1200	75.914,88
2.6	TC-DNIT	B8955	LABORATÓRIO DE ASFALTO	UNIDADE X MÊS	24,00	5.144,9900	123.479,76
2.7	TC-DNIT	B8957	LABORATÓRIO DE SOLOS	UNIDADE X MÊS	24,00	4.235,5900	101.654,16
TOTAL DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ESCRITÓRIO (R\$)							574.053,60
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS (R\$)							1.024.779,36
OBSERVAÇÃO:							
1. O CUSTO HORÁRIO DOS VEÍCULOS INCLUI DESPESAS COM MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL, CONFORME A COMPOSIÇÃO DE CUSTO DA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT							
2. VER DESCRIÇÃO DOS ITENS ABAIXO NA TABELA DE CONSULTORIA DO DNIT - CESTAS DE MOBILIÁRIO, DE INSTALAÇÕES E CUSTOS DIVERSOS							
3. CUSTO DO ITEM SEM LUCRO E DESPESAS FISCAIS							
3. CUSTO TOTAL POR 12 MESES SEM DESPESAS INDIRETAS, LUCRO E TRIBUTOS							
4. OS ITENS RELATIVOS AO MOBILIÁRIO E AOS CUSTOS DIVERSOS DO ESCRITÓRIO SERVIRÃO PARA COBRIR AS DESPESAS COM OS PROFISSIONAIS DISPONIBILIZADOS AO ESCRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO DE IRECÊ E A UNIDADE DESCENTRALIZADA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.							
5. NÃO SERÁ EXIGIDO ENTREGA DE DOCUMENTOS IMPRESSOS. A VERSÃO DIGITAL SERÁ ACEITA PARA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME CRITÉRIOS ESTABELECIDOS EM EDITAL							



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
15ª Superintendência Regional da Codevasf - Recife/PE

CRONOGRAMA FINANCEIRO				CODIGO: FSUP-IV
OBJETO: SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - RECIFE/PE				EDITAL:
Nº	TAREFA	RELATÓRIO / SERVIÇO DE CAMPO	MESES CORRIDOS	VALOR DA PARCELA (R\$)
1	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 01	30	388.061,51
2	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 02	60	388.061,51
3	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 03	90	388.061,51
4	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 04	120	388.061,51
5	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 05	150	388.061,51
6	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 06	180	388.061,51
7	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 07	210	388.061,51
8	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 08	240	388.061,51
9	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 09	270	388.061,51
10	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 10	300	388.061,51
11	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 11	330	388.061,51
12	APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE OBRAS	RELATÓRIO MENSAL 12	360	388.061,51
TOTAL				4.656.738,12
OBSERVAÇÃO: O relatório Mensal é mero instrumento de registro das atividades desenvolvidas pela(s) equipe(s) de supervisão e os valores aqui dispostos são meras estimativas de desembolso, cabendo ao Fiscal da Supervisora coordenar e medir os serviços efetivamente prestados na supervisão das atividades da(s) Executora(s) previstos no tópico 5 do Anexo III da IS DG DNIT 3/2016 comprovados mediante relatórios, pareceres e laudos correspondentes.				



Item	Profissional	Mês de Referência – Dias úteis																						DIAS TRABALHADOS EM		PERNOITES	
		Semana 1					Semana 2					Semana 3					Semana 4					Início da Semana 5					
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	Escritório	Campo	Campo	
1	ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SR																										
1.1	Engenheiro (Orçamentista)	Visitas Técnicas																						17	5	4	
1.2	Engenheiro						Fiscalização/Supervisão Técnica										Medição					7	15	12			
1.3	Técnico especializado						Fiscalização/Supervisão Técnica										Medição					7	15	12			
1.4	Desenhista/Cadista																						22	0	0		
1.5	Topógrafo	Serviços topográficos															Medição					0	22	17			
1.6	Auxiliar de Topografia	Serviços topográficos															Medição					0	22	17			
1.7	Motorista	Acompanhar equipe de topografia																						0	22	17	
1.8	Auxiliar Administrativo																							22	0	0	
	Auxiliar de Laboratorista	Amostragem					Amostragem					Amostragem					Amostragem					8	14	5			
1.9	Laboratorista	Amostragem					Amostragem					Amostragem					Amostragem					8	14	5			
LEGENDA:																											
	Trabalho em escritório																										
	Trabalho em campo																										



Memória de cálculo mensal (22 DIAS ÚTEIS)			
Itens	Descrição	Quantidade	Unidade
Equipe	Engenheiro	3	un.
	Técnico especializado	3	un.
	Desenhista/Cadista	2	un.
	Topógrafo	2	un.
	Auxiliar de Topografia	2	un.
	Motorista	0	un.
	Auxiliar de Laboratorista	2	un.
	Laboratorista	2	un.
	Diárias	156	un.
Equipamentos	Veículo leve	48,00	un.
	Veículo leve pick-up	36,00	un.
	Cesta de Instalações de Topografia	2	un.
	Laboratório de asfalto	2	un.
	Laboratório de Solos	2	un.
Instalações	Mobiliário	1	un.
	Cesta de Custos de Escritório	1	un.
	Escritório	1	un.

CUSTO MENSAL DE E8889 VEÍCULO LEVE - 53 kW (sem motorista)

	h	R\$/h	Total
Horas Operativas	66,00	32,8400	2.167,44
Horas Improdutivas	116,49	6,4700	753,69
Horas globais/mês trabalháveis (*)	182,49		2.921,13

CUSTO MENSAL DE E8891 VEÍCULO LEVE picape 4x4 - 147 kW (sem motorista)

	h	R\$/h	Total
Horas Operativas	66,00	80,1900	5.292,54
Horas Improdutivas	116,49	28,6100	3.332,78
Horas globais/mês trabalháveis (*)	182,49		8.625,32

(*) Fonte: Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 01, pág. 53



PLANILHA DE DETALHAMENTO DO BDI

OBJETO:	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE INSTRUMENTOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF - RECIFE/PE
---------	--

MEMÓRIA DE CALCULO DO BDI DOS SERVIÇOS - NÃO DESONERADO

TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA (desde 08/11/2023)		
Benefícios e Despesas Indiretas		
Despesas Indiretas	% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	6,90	10,00
Despesas Financeiras	0,89	1,29
Riscos	0,50	0,72
Seguros e Garantias Contratuais	0,10	0,14
Lucro	8,29	12,00
PIS	1,65	2,39
COFINS	7,60	11,00
ISSQN	5,00	7,24
FATOR K (ou, "BDI", CONFORME TC-DNIT)	30,93	44,78



DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS (%) - sem desoneração								
SEM DESONERAÇÃO - MENSALISTA								
		Auxiliar Administrativo (P9806)	Auxiliar de topografia (P8028)	Engenheiro (P9812)	Engenheiro supervisor (P9819)	Técnico especializado (P9867)	Topógrafo (P9949)	Motorista de veículo leve (P9948)
GRUPO A								
A1	Previdência Social	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
A2	FGTS	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
A3	Salário Educação	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
A4	SESI	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50	1,50
A5	SENAI/SEBRAE	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60
A6	INCRA	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
A7	Seguro contra Risco e Acidente de Trabalho (INSS)	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
A8	Seconci	-	-	-	-	-	-	-
A	Total	36,80	36,80	36,80	36,80	36,80	36,80	36,80
GRUPO B								
B1	Repouso Semanal Remunerado	-	-	-	-	-	-	-
B2	Feriados	-	-	-	-	-	-	-
B3	Auxílio-enfermidade	0,92	0,91	0,92	0,92	0,92	0,91	0,92
B4	13º salário	9,26	9,18	9,20	9,20	9,25	9,18	9,25
B5	Licença-paternidade	0,04	0,10	0,06	0,06	0,07	0,10	0,09
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,74	0,74	0,74	0,74	0,74	0,74
B7	Auxílio Acidente de Trabalho	6,69	5,57	9,32	9,32	6,69	5,57	5,03
B8	Férias Gozadas	0,18	0,01	0,07	0,07	0,06	0,01	-
B9	Férias em Licença Maternidade	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03
B10	Reciclagem tecnológica	-	-	3,02	3,02	-	-	-
B	Total	17,86	16,54	23,36	20,34	17,76	16,54	16,06
GRUPO C								
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,12	4,50	2,52	2,52	4,12	4,50	4,88
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10	0,12	0,05	0,05	0,10	0,12	0,13
C3	Férias Indenizadas+1/3	5,66	6,67	2,95	2,95	5,65	6,67	7,30
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,71	3,73	3,95	3,95	4,71	3,73	4,64
C5	Indenização Adicional (Lei nº 7.238/1984)	0,93	0,92	0,92	0,92	0,93	0,92	0,93
C	Total	15,52	15,94	10,39	10,39	15,51	15,94	17,88
GRUPO D								
D1	Reincidência de A sobre B	6,57	5,87	8,60	8,60	6,54	5,87	5,91
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso	0,37	0,40	0,22	0,22	0,37	0,40	0,44
D	Total	6,94	6,27	8,82	8,82	6,91	6,27	6,35
TOTAL (%)		77,12	75,55	79,37	76,35	76,98	75,55	77,09

Anexo IV - Matriz de Risco

Nº	Risco	Definição	Impacto	Materialização	Mitigação	Alocação
1	Não atendimento as cláusulas editalícias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não manter os profissionais que comprovaram ter capacidade técnica conforme especificado no edital	Alto	Problemas Jurídicos que possam vir a imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade	Contratante
				Falha na qualidade da entrega dos produtos e serviços	Aplicação de sanções	Contratada
2	Não atendimento as cláusulas editalícias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não cumprir as obrigações trabalhistas	Alto	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços ou imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade	Contratante
					Aplicação de sanções	
3	Não atendimento as cláusulas editalícias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não manter as condições de habilitação	Médio	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços ou imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade	Contratante
					Aplicação de sanções	
				Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha nas qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Regularizar a situação de obrigações trabalhistas e fornecer mensalmente comprovações conforme edital / contrato a Codevasf	Contratada
					Novas entregas e refazimento de serviços sem ônus ao contratante	
4	Não atendimento as cláusulas editalícias/contratuais	Risco Jurídico/Administrativo: Não manter a quantidade de equipamento de: topografia, laboratórios e de veículos, assim como: a quantidade de diárias e de mobiliário necessários e suficientes para perfeito acompanhamento da obra	Médio	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços ou imputar penas a Codevasf	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade	Contratante
					Aplicação de sanções	
				Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços;	Mobilizar equipe, equipamento e instalações necessários e suficientes para atendimento ao edital e situações de obras	Contratada
				Falha na qualidade de entrega dos produtos e serviços; Surgimento de não conformidades; Patologias precoce nas obras.	Acompanhamento de refazimento de serviços sem ônus a Codevasf	
5	Diminuição do ritmo de obra	Risco operacional: Diminuição do ritmo de obra devido a pouca produtividade da construtora	Médio	Repactuação de cronograma	Redução da equipe de forma a se adequar à necessidade das obras	Contratada
					Adequação do cronograma da contratada	
				Necessidade de aditivo de prazo	Aditivo de prorrogação de prazo da contratada, sem reflexo financeiro	Contratante
6	Desapropriação, Ambiental e etc.	Risco operacional: Diminuição do ritmo de obra devido a falta de frentes de serviço de obras (Desapropriação, ambiental e etc.).	Médio	Repactuação de cronograma	Adequação do cronograma	Contratada
					Redução da equipe de forma a se adequar à necessidade das obras	
				Necessidade de aditivo de prazo	Aditivo de prorrogação de prazo da contratada, sem reflexo financeiro	Contratante

Anexo IV - Matriz de Risco

Nº	Tipo de Risco	Definição	Impacto	Materialização	Mitigação	Alocação
7	Paralisação da obra	Risco operacional: Ocorrência de eventos no empreendimento que impeçam o andamento dos serviços de obras, o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos.	Alto	Repactuação do cronograma	Redução de mobilização da contratada	Contratada
					Adequação do cronograma	
				Necessidade de aditivo de prazo	Aditivo de prorrogação de prazo da contratada , sem reflexo financeiro	Contratante
8	Controle tecnológico / Geométrico inclusivos / adicionais	Risco operacional: Execução de ensaios adicionais para elaboração / análise de revisão de projeto em fase de obras	Baixo	Necessidade de aumento de quantitativo para execução dos ensaios necessários à revisão de projetos em fase de obras	Adequação de quantitativos	Contratada
					Aditivo de alteração de quantitativos da contratada	Contratante
9	Controle tecnológico / Geométrico deficitários	Risco operacional: Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas instruções, normas e termo de referência, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	Médio	Resultados de ensaios inconsistentes;	Instauração Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade;	Contratante
				Surgimento de não conformidades;		
		Risco operacional: Falha na efetividade da gestão da qualidade da(s) construtora(s), em especial pelo conjunto dos controles geométrico e tecnológico verificados pela contratada		Patologias precoces nas obras	Aplicação de sanções	
					Acompanhamento de refazimento de serviço sem ônus a Codevasf	Contratada
10	Aumento de escopo	Risco operacional: Adição de novos serviços julgados necessários que não tenham sido identificados ou previstos no edital e termo de referência	Médio	Necessidade de realização de serviços e/ou estudos não previstos	Revisão/adequação de planilha de itens de serviços	Contratada
					Aditivo de alteração de quantitativos/itens de serviço da contratada	Contratante
11	Modificação de Normas e Instruções de Serviços	Risco operacional: A Administração poderá modificar especificações de serviço e Normas, modificar e/ou ampliar escopo	Médio	Alteração no prazo e custos	Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual	Contratante
12	Caso fortuito ou força maior	Situações na execução do serviço que configurem caso fortuito ou força maior, como um evento proveniente de ato humano, imprevisível e inevitável, que impede o cumprimento de uma obrigação e/ou um evento previsível ou imprevisível, porém inevitável, decorrente das forças da natureza	Médio	Atraso no cronograma e aumento no custo	Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual	Contratante